

Tivit Infraestrutura de Tecnologia S.A. e Controladas

Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2025 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da
Tivit Infraestrutura de Tecnologia S.A. e Controladas

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Tivit Infraestrutura de Tecnologia S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Tivit Infraestrutura de Tecnologia S.A. e Controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditoria de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS Accounting Standards, emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular mutuamente em relação a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte oferece serviços profissionais de ponta para quase 90% das empresas listadas na Fortune Global 500® e milhares de outras organizações. Nossas pessoas entregam resultados mensuráveis e duradouros que ajudam a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir que os clientes se transformem e prosperem. Com seus 180 anos de história, a Deloitte está hoje em mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 460 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo geram um impacto que importa em www.deloitte.com.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.


Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar a opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de março de 2026

Deloitte Touche Tohmatsu
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Manoel P. da Silva
Contador
CRC nº 1 SP 205664/O-2

TIVIT INFRAESTRUTURA DE TECNOLOGIA S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Notas explicativas	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Notas explicativas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024			31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
CIRCULANTE						CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	5.1	179.420	28.466	184.468	30.677	Fornecedores	13	13.515	9.318	16.574	10.416
Aplicações financeiras	5.2 / 14	-	60.000	-	60.000	Empréstimos e financiamentos	14	119.252	63.942	119.252	63.942
Contas a receber	6	29.629	13.649	32.176	15.466	Passivo de arrendamento	15	5.692	5.259	7.413	6.349
Contas a receber de partes relacionadas	9	-	4.201	-	4.897	Impostos a recolher	16	9.445	6.776	10.620	8.420
Impostos a recuperar	7	7.233	6.189	10.577	9.761	Salários e encargos sociais	17	7.767	5.756	8.087	5.946
Despesas antecipadas		470	27	1.203	175	Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	20.b	11.447	6.751	11.447	6.751
Outros créditos	8	4.642	1.241	4.656	1.410	Transações com partes relacionadas	9	-	518	-	624
Total do ativo circulante		<u>221.394</u>	<u>113.773</u>	<u>233.080</u>	<u>122.386</u>	Demais contas a pagar		<u>829</u>	<u>348</u>	<u>1.041</u>	<u>350</u>
						Total do passivo circulante		<u>167.947</u>	<u>98.668</u>	<u>174.434</u>	<u>102.798</u>
NÃO CIRCULANTE						NÃO CIRCULANTE					
Outros créditos	8	5.386	-	5.386	-	Empréstimos e financiamentos	14	178.228	108.314	178.228	108.314
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	-	-	7.415	7.471	Passivo de arrendamento	15	143.953	130.950	145.137	131.818
Contas a receber de partes relacionadas	9	175	105	-	-	Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	466	2.081	468	2.081
Investimentos em controladas e coligada	10	53.243	50.920	7.264	7.174	Provisão para riscos e processos judiciais	19	272	168	272	168
Imobilizado	11	314.370	255.533	332.349	272.067	Empréstimos com partes relacionadas	9	12.476	10.897	-	-
Intangível	12	18.687	9.450	22.958	14.784	Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	20.b	44.218	11.447	44.218	11.447
Total do ativo não circulante		<u>391.861</u>	<u>316.008</u>	<u>375.372</u>	<u>301.496</u>	Total do passivo não circulante		<u>379.613</u>	<u>263.857</u>	<u>368.323</u>	<u>253.828</u>
						PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
						Capital social	20.d	68.223	4.380	68.223	4.380
						Ações em tesouraria	20.c	(1.168)	-	(1.168)	-
						Reservas de lucros	20.b	3.039	68.584	3.039	68.584
						Transação entre sócios	20.e	(12.710)	(12.710)	(12.710)	(12.710)
						Outros resultados abrangentes	10	8.311	7.002	8.311	7.002
						Total do patrimônio líquido		<u>65.695</u>	<u>67.256</u>	<u>65.695</u>	<u>67.256</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>613.255</u>	<u>429.781</u>	<u>608.452</u>	<u>423.882</u>	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>613.255</u>	<u>429.781</u>	<u>608.452</u>	<u>423.882</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

TIVIT INFRAESTRUTURA DE TECNOLOGIA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
 (Em milhares de reais - R\$)

	Notas explicativas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS	21	195.096	182.982	215.575	203.216
Custo dos serviços prestados	22	(92.467)	(86.151)	(109.326)	(103.405)
LUCRO BRUTO		<u>102.629</u>	<u>96.831</u>	<u>106.249</u>	<u>99.811</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Vendas	22	(3.184)	(2.793)	(4.149)	(3.361)
Gerais e administrativas	22	(10.560)	(8.414)	(12.072)	(9.126)
Resultado de equivalência patrimonial	22	1.663	(213)	739	1.162
		<u>(12.081)</u>	<u>(11.420)</u>	<u>(15.482)</u>	<u>(11.325)</u>
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>90.548</u>	<u>85.411</u>	<u>90.767</u>	<u>88.486</u>
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras	23	9.565	3.382	10.908	3.843
Despesas financeiras	23	(38.573)	(21.856)	(39.189)	(24.409)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>61.540</u>	<u>66.937</u>	<u>62.486</u>	<u>67.920</u>
Imposto de renda e contribuição social - correntes	18.c	(20.709)	(21.972)	(21.595)	(23.059)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	18.c	1.615	1.759	1.555	1.863
		<u>(19.094)</u>	<u>(20.213)</u>	<u>(20.040)</u>	<u>(21.196)</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>42.446</u>	<u>46.724</u>	<u>42.446</u>	<u>46.724</u>
Lucro básico por ação (em R\$)	24	0,46	0,51	0,46	0,51
Lucro diluído por ação (em R\$)	24	0,45	0,49	0,45	0,49

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

TIVIT INFRAESTRUTURA DE TECNOLOGIA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	42.446	46.724	42.446	46.724
COMPONENTES DOS RESULTADOS ABRANGENTES DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS				
Outros resultados abrangentes que poderão ser reclassificados posteriormente no resultado:				
Ajuste de conversão de demonstrações financeiras de controladas no exterior	1.983	5.653	1.983	5.653
Imposto de renda sobre ajuste de conversão de demonstrações financeiras de controladas no exterior	(674)	(1.922)	(674)	(1.922)
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>43.755</u>	<u>50.455</u>	<u>43.755</u>	<u>50.455</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

TIVIT INFRAESTRUTURA DE TECNOLOGIA S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024
(Em milhares de reais - R\$)

	Notas explicativas	Capital social	Ações em tesouraria	Reserva de Lucros Reserva Legal	Transação entre sócios	Retenção de Lucros	Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		4.331	-	866	(12.710)	31.746	695	3.271	28.199
Aumento de capital social	20.b)	49	-	-	-	-	-	-	49
Outros resultados abrangentes	10	-	-	-	-	-	-	3.731	3.731
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	46.724	-	46.724
Constituição de reservas	20.b)	-	-	10	-	34.341	(34.351)	-	-
Juros sobre capital próprio constituídos	20.b)	-	-	-	-	-	(2.500)	-	(2.500)
Distribuição de dividendos	20.b)	-	-	-	-	-	(8.947)	-	(8.947)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024		4.380	-	876	(12.710)	66.087	1.621	7.002	67.256
Aumento de capital social	20.d)	63.843	-	-	-	(63.773)	-	-	70
Outros resultados abrangentes	10	-	-	-	-	-	-	1.309	1.309
Ações próprias adquiridas	20.c)	-	(1.168)	-	-	-	-	-	(1.168)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	42.446	-	42.446
Constituição de reservas	20.b)	-	-	2.122	-	-	(2.122)	-	-
Juros sobre capital próprio constituídos	20.b)	-	-	-	-	-	(5.220)	-	(5.220)
Distribuição de dividendos extraordinária	20.b)	-	-	-	-	(2.314)	(31.823)	-	(34.137)
Distribuição de dividendos exercício corrente	20.b)	-	-	-	-	-	(4.861)	-	(4.861)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025		68.223	(1.168)	2.998	(12.710)	-	41	8.311	65.695

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

TIVIT INFRAESTRUTURA DE TECNOLOGIA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais - R\$)

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	Notas explicativas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício:		42.446	46.724	42.446	46.724
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais:					
Variação cambial	11 e 12	-	-	(561)	(3.377)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	(1.615)	(1.759)	(1.555)	(1.863)
Provisão para riscos e processos judiciais	19	104	6	104	6
Depreciações e amortizações	11 e 12	19.744	17.568	23.518	20.198
Juros sobre empréstimos	14	24.655	14.540	24.655	14.540
Juros sobre arrendamentos	15	10.829	6.586	11.100	6.959
Ajuste de conversão de demonstrações financeiras de controladas no exterior	10	-	-	1.087	2.522
Perdas de Créditos Estimados (PCE)	22	708	(21)	708	(21)
Resultado de equivalência patrimonial	10 e 22	(1.663)	213	(739)	(1.162)
		95.208	83.857	100.763	84.526
Redução (aumento) nos saldos de ativos:					
Contas a receber	6	(16.688)	3.297	(17.418)	4.192
Impostos a recuperar	7	(1.044)	574	(816)	(39)
Despesas antecipadas		(443)	(2)	(1.028)	(136)
Transações com partes relacionadas	9	4.131	-	4.897	-
Outros créditos	8	(8.787)	(120)	(8.632)	(81)
Aumento (redução) nos saldos de passivos:					
Fornecedores	13	4.197	805	6.158	1.484
Impostos a recolher	16	16.718	22.453	16.249	21.834
Salários e encargos sociais	17	2.011	320	2.141	385
Contas a pagar a partes relacionadas	9	1.061	-	(624)	-
Demais contas a pagar		481	315	689	1.271
Caixa gerado pelas atividades operacionais		96.845	111.499	102.379	113.436
Pagamento de Imposto de renda e contribuição social		(14.049)	(16.956)	(14.049)	(16.956)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		82.796	94.543	88.330	96.480
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aumento de capital	20.d	70	-	70	-
Adiantamento para futuro aumento de capital em controlada		-	(23.067)	-	-
Resgate (aporte) de aplicações financeiras restritas	14	60.000	(60.000)	60.000	(60.000)
Ações em tesouraria	20.c	(1.168)	-	(1.168)	-
Dividendos recebidos controlada	10	649	1.599	649	1.599
Aquisição de bens do ativo imobilizado e intangível	11 e 12	(69.003)	(38.194)	(71.275)	(38.928)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(9.452)	(119.662)	(11.724)	(97.329)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Partes relacionadas	9	-	(352)	-	(20.942)
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	20	(6.751)	(3.831)	(6.751)	(3.831)
Captação de recursos com partes relacionadas	9	-	10.897	-	-
Captação de empréstimos, líquida de custo de captação	14	177.304	60.000	177.304	60.000
Pagamento de juros sobre empréstimos	14	(16.291)	(11.339)	(16.291)	(11.339)
Pagamento de principal sobre empréstimos	14	(60.444)	-	(60.444)	-
Pagamento de arrendamentos	15	(16.136)	(13.499)	(16.630)	(13.657)
Pagamento de juros sobre arrendamentos	15	(72)	(15)	(225)	(286)
Caixa aplicado nas atividades de financiamento		77.610	41.861	76.963	9.945
Efeitos da variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa		-	-	222	1.231
AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		150.954	16.742	153.791	10.327
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	28.466	11.724	30.677	20.350
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	5	179.420	28.466	184.468	30.677
AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		150.954	16.742	153.791	10.327

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

TIVIT INFRAESTRUTURA DE TECNOLOGIA S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Tivit Infraestrutura de Tecnologia S.A. (“Companhia” ou “Tivit Infra”), controlada pela APX Brazil Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, anteriormente denominada NK 165 Empreendimentos e Participações S.A., conforme alteração em Assembleia Geral Extraordinária de 2 de junho de 2022, é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 28 de março de 2022, com sede na Rua Bento Branco de Andrade Filho, nº 621, Jardim Dom Bosco, cidade e estado de São Paulo. A Companhia tem como principais objetivos sociais: (a) a prestação de serviços de tecnologia de informação, envolvendo: serviços de armazenamento de dados e de outros bens relacionados às atividades previstas neste artigo; serviços de desenvolvimento e licenciamento de software; serviços de assessoria e consultoria em informática; serviços de suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação, softwares e banco de dados; serviços de manutenção de máquinas e equipamentos relacionados às atividades referidas neste artigo; serviços de processamento de dados em geral e congêneres; ensino e treinamento em serviços e informática; (b) a prestação de serviços de consultoria em sistemas de gestão documental; (c) a execução de serviços de digitação, digitalização e impressão de imagens na área de informática; (d) a prestação de serviços de triagem, organização, custódia e guarda de documentos de terceiros; (e) a prestação de serviços de agenciamento e intermediação de negócios; (f) a prestação de serviços de gestão de processos de negócios; (g) a locação de espaço físico de imóveis; (h) a participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia, acionista ou quotista; (i) a execução de sistemas de informática, processamento e digitação de dados referentes aos serviços de centrais de atendimento, telemarketing, promoção de vendas de produtos e serviços diversos, pesquisa de mercado e mala direta de qualquer forma ou natureza; serviços de cobrança extrajudicial, bem como a prestação de serviços de teleatendimento e teleatendimento técnico; implantação de centrais de atendimento para terceiros; recrutamento, treinamento, locação e fornecimento de mão-de-obra especializada; locação de equipamentos de telefonia e informática em geral; e (j) a prestação de serviços de conserto, suporte técnico, aferição, manutenção e conservação de balanças, equipamentos de Telecom e similares.

Tivit Colômbia Tecnologia S.A.S

A controlada da Companhia, Tivit Colômbia Tecnologia S.A.S (“Takoda Colômbia”), foi constituída em 16 de junho de 2022, e tem como objeto social principal a prestação de serviços de armazenamento de dados em uma ou mais zonas francas na Colômbia, de acordo com regulamentação local correspondente.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem as demonstrações financeiras individuais e consolidadas preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as “IFRS Accounting Standards”, emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com “IFRS Accounting Standards” e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com “IFRS Accounting Standards” e as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra maneira.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado ao contrário, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente baseia-se no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas é determinado nessa base. Operações de arrendamento que estão inseridas no escopo da IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil (equivalente ao CPC 06 (R2)) e mensurações que tenham algumas similaridades ao valor justo, mas não sejam valor justo, como valor em uso, estão inseridas no escopo da IAS 36 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (equivalente ao CPC 01 (R1)).

A preparação das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, requer que a Administração faça julgamentos e adote premissas e estimativas que afetam a aplicação das políticas e os montantes divulgados de ativos e passivos, receitas e despesas. Essas estimativas e premissas associadas baseiam-se na experiência e em diversos outros fatores que se supõem serem razoáveis em virtude das circunstâncias. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

2.3. Critérios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia:

- Tem poder sobre a investida.
- Está exposta ou tem direitos a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida.
- Tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos.

A Companhia reavalia se retém ou não o controle de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações em um ou mais de um dos três elementos de controle relacionados anteriormente.

A consolidação de uma controlada começa quando a Companhia obtém o controle sobre a controlada e termina quando a Companhia perde o controle sobre a controlada. Especificamente, as receitas e despesas de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídas na demonstração do resultado e outros resultados abrangentes a partir da data em que a Companhia obtém o controle até a data em que a Companhia deixa de controlar a controlada.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, foram utilizadas demonstrações financeiras encerradas na mesma data-base e consistentes com as práticas contábeis da Companhia.

Quando necessário, são feitos ajustes contábeis às demonstrações financeiras das controladas para adequar suas práticas contábeis àquelas usadas pela Companhia.

Todos os saldos e transações de contas a receber e a pagar, bem como os investimentos na proporção da participação da investidora nos patrimônios líquidos e nos resultados das controladas e os resultados não realizados, líquidos de imposto de renda e contribuição social, decorrentes de operações entre as empresas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas, são eliminados integralmente.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, os investimentos em controladas são reconhecidos por meio do método de equivalência patrimonial.

Empresas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia:

Empresa	País	Tipo de investimento	31/12/2025	31/12/2024
São Mizael	Brasil	Coligada	3,918%	3,918%
Tivit Colômbia Tecnologia S.A.S.	Colômbia	Controlada	100%	100%
Takoda Comercializadora de Energia Ltda.	Brasil	Controlada	100%	100%

2.4. Informação por segmento

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um negócio para os quais demonstrações financeiras separadas estão disponíveis, não limitadas às receitas, e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais na decisão sobre como alocar recursos para um segmento individual e na avaliação do desempenho do segmento. A Companhia organiza-se em um único segmento operacional, de locação e serviços de datacenters e serviços de tecnologia.

2.5. Moeda funcional e moeda estrangeira

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

As demonstrações financeiras individuais de cada controlada da Companhia são elaboradas com base na moeda funcional de cada uma dessas empresas, que é a moeda do principal ambiente econômico no qual cada uma opera.

Para fins de apresentação destas demonstrações financeiras consolidadas, os ativos e passivos das operações da Companhia no exterior são convertidos para reais, utilizando as taxas de câmbio vigentes no fim do exercício. Os resultados são convertidos pelas taxas de câmbio médias do período, a menos que as taxas de câmbio tenham flutuado significativamente durante o período; neste caso, são utilizadas as taxas de câmbio da data da transação. As variações cambiais resultantes dessas conversões, se houver, são classificadas em outros resultados abrangentes e acumuladas no patrimônio líquido (e atribuídas às participações não controladoras, conforme apropriado).

Quando há baixa de uma operação no exterior (exemplos: baixa integral da participação em uma operação no exterior, perda de controle sobre uma empresa investida que possui operações no exterior ou baixa parcial de um investimento em controlada em conjunto ou coligada que possui operação no exterior no qual a participação retida se torna um ativo financeiro), todo o montante da variação cambial acumulada referente a essa operação registrada no patrimônio líquido da Companhia é reclassificado para o resultado do exercício.

Na elaboração das demonstrações financeiras de cada controlada da Companhia, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional de cada empresa, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No fim de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são novamente convertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os itens não monetários registrados pelo valor justo apurado em moeda estrangeira são novamente convertidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo foi determinado. Os itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira devem ser convertidos, utilizando a taxa vigente da data da transação.

Os ganhos e as perdas decorrentes de variação cambial de itens denominados em moedas diferentes da respectiva moeda funcional de cada uma das empresas, são reconhecidos no resultado, conforme sua ocorrência.

2.6. Caixa e equivalentes de caixa

Consistem principalmente em caixa, saldo em bancos e aplicações financeiras em Certificados de Depósito Bancário - CDBs e debêntures compromissadas. Estão demonstrados ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, com vencimentos inferiores a 90 dias (ou sem prazos fixos para resgate) e liquidez imediata, e estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, sendo substancialmente equivalentes ao valor justo.

2.7. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido, no caso de ativo financeiro ou passivo financeiro que não seja pelo valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativo financeiro ou passivo financeiro.

Sua mensuração subsequente ocorre de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias: (i) mensurado ao custo amortizado; (ii) valor justo por meio do resultado e (iii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

2.8. Contas a receber de clientes e provisão para perdas de crédito esperadas ("PCE")

Correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. A provisão para perdas de crédito esperadas ("PCE") é constituída com base em análise dos valores a receber, considerando a perda esperada. A PCE foi constituída em montante considerado pela Administração suficiente para cobrir prováveis perdas na realização desses créditos, os quais podem ser modificados em virtude da recuperação de créditos junto a clientes devedores ou mudança na situação financeira de clientes. O ajuste a valor presente dos ativos financeiros é registrado quando os saldos a receber possuem realização de longo prazo ou, quando de curto prazo, apresentam efeito relevante sobre as demonstrações financeiras.

2.9. Ativos intangíveis

Software

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida pelo método linear com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de eventuais mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

Contratos de Arrendamento

Os contratos de arrendamento referem-se à prestação de serviços que concedem à Companhia licenças de uso de softwares, de caráter exclusivo e intransferível, desenvolvidos pela própria fornecedora ou por terceiros a ela licenciados.

Aquisição de entidades sobre controle comum

As aquisições de negócios de entidades sobre controle comum são contabilizadas pelo método de registro pelo custo (predecessor “costs basis”) para reconhecimento dos efeitos contábeis.

Ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios (mais-valia)

Os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios e reconhecidos separadamente do ágio são inicialmente registrados pelo seu valor justo na data da aquisição, o qual é equivalente ao seu custo. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios são deduzidos da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, assim como os ativos intangíveis adquiridos separadamente.

2.10. Imobilizado

Avaliado ao custo histórico, deduzido das respectivas depreciações. A depreciação é calculada pelo método linear, que leva em consideração a vida útil estimada dos bens, conforme segue:

	<u>Anos</u>
Edifícios	50
Instalações	15 a 20
Móveis e utensílios	12
Benfeitorias em propriedades de terceiros	8
Máquinas e equipamentos	5 a 25
Computadores e periféricos	4 a 8
Veículos	5
Direito de uso - edificações	6

Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado, quando incorridos.

O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, anualmente. O valor residual dos itens do imobilizado é baixado imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável.

2.11. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da Unidade Geradora de Caixa - UGCs à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às UGCs individuais ou ao menor grupo de UGC para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponíveis para uso, são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável pelo menos uma vez ao ano, e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo ao qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou UGC) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou UGC) é reduzido ao valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida, subsequentemente ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou UGC) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou UGC) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Ágio

O ágio é mensurado como o excesso da soma da contraprestação transferida, do valor das participações de não-controladores na entidade adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na entidade adquirida (se houver) sobre os valores líquidos na data de aquisição dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis. Se, após a reavaliação, os valores líquidos dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis na data de aquisição forem superiores à soma da contraprestação transferida, do valor das participações de não-controladores na entidade adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na entidade adquirida (se houver), o excedente é reconhecido imediatamente no resultado como ganho de compra vantajosa.

O ágio não é amortizado, mas é submetido ao teste de redução ao valor recuperável no mínimo anualmente. Para fins do teste de redução ao valor recuperável, o ágio é alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia (ou grupos de unidades geradoras de caixa) que irão se beneficiar das sinergias da combinação. As unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado são submetidas anualmente ao teste de redução ao valor recuperável ou, com maior frequência quando houver indicação de que a unidade poderá apresentar redução ao valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução ao valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil do ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um dos seus ativos. As perdas por redução ao valor recuperável do ágio não podem ser revertidas no período subsequente. Na alienação da unidade geradora de caixa, o valor atribuível do ágio é incluído na apuração do lucro ou prejuízo da alienação.

Arrendamentos

A Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento no início do contrato. O Companhia reconhece um ativo de direito de uso e correspondente passivo de arrendamento com relação a todos os contratos de arrendamento nos quais a Companhia seja o arrendatária, exceto arrendamentos de curto prazo (definidos como arrendamentos com prazo de arrendamento de no máximo 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor (tais como tablets e computadores pessoais, pequenos itens de móveis de escritório e telefones). Para esses arrendamentos, a Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento operacional como despesa operacional pelo método linear pelo período do arrendamento, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o padrão de tempo no qual os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos. O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento que não são pagos na data de início, descontados aplicando-se a taxa implícita no arrendamento. Se essa taxa não puder ser prontamente determinada, a Companhia usa sua taxa incremental de captação. As taxas incrementais de captação dependem do prazo, moeda e data de início do arrendamento e é determinada com base em uma série de dados que incluem: a taxa livre de riscos com base nas taxas de títulos do governo; no ajuste do risco específico do país; no ajuste do risco de crédito com base nos rendimentos do título; e no ajuste específico da entidade quando o perfil de risco da entidade que participa do arrendamento é diferente do perfil de risco da Companhia. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento incluem:

- Pagamentos fixos de arrendamento (incluindo pagamentos em substância fixos), deduzidos de eventuais incentivos de arrendamento a receber.
- Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou uma taxa, inicialmente mensurados utilizando-se o índice ou a taxa na data de início.
- Pagamentos de multas pelo término do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o exercício da opção para término do arrendamento.

O passivo de arrendamento é subsequentemente mensurado aumentando o valor contábil para refletir os juros sobre o passivo de arrendamento (usando o método da taxa de juros efetiva) e reduzindo o valor contábil para refletir o pagamento de arrendamento realizado. A Companhia remensura o passivo de arrendamento (e faz um ajuste correspondente ao respectivo ativo de direito de uso) sempre que:

- O prazo de arrendamento for alterado.

Os ativos de direito de uso incluem a mensuração inicial do passivo de arrendamento correspondente e os pagamentos de arrendamento efetuados na ou antes da data de início, deduzidos de eventuais incentivos de arrendamento recebidos e eventuais custos diretos iniciais. Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo deduzido da depreciação acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

A Companhia aplica a IAS 36 (CPC 01 (R1)) para determinar se o ativo de direito de uso está sujeito à redução ao valor recuperável e contabilizar eventuais perdas por redução ao valor recuperável identificadas conforme descrito na política relacionada ao “Imobilizado”.

2.12. Empréstimos e financiamentos

Reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação, nos casos aplicáveis. Em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos, juros e variações monetárias e cambiais conforme previsto contratualmente, incorridos até a data do balanço.

Os juros pagos são classificados como fluxos de caixa de financiamento, porque na avaliação da Administração são custos de obtenção de recursos financeiros ou retornos sobre investimentos.

2.13. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado, exceto quando estão relacionados a itens registrados diretamente em “Outros resultados abrangentes” ou no patrimônio líquido, caso em que também são reconhecidos diretamente em “Outros resultados abrangentes” ou no patrimônio líquido, ou quando eles são originados na contabilização inicial de uma combinação de negócios. No caso de uma combinação de negócios, o efeito fiscal é considerado na contabilização da combinação de negócios. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

a) Imposto de renda e contribuição social correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social baseia-se no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros períodos, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

São reconhecidos sobre as diferenças temporárias no fim de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo o saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresente lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera ser recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no fim de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no fim de cada exercício, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensação e sejam referentes a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária e sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

2.14. Reconhecimento de receita

2.14.1. Prestação de serviços

Compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de impostos, quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais concedidos ao comprador e outras deduções similares. As receitas são reconhecidas em valor que reflete a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca de transferência dos serviços para o cliente.

As receitas são reconhecidas conforme os seguintes critérios:

- Receitas relacionadas ao gerenciamento e direito de uso de infraestrutura, baseada em ambientes tradicionais dedicados em data centers da Companhia, em nuvem fornecida pela Companhia e respectivos serviços de conectividade e de equipes de suporte localizadas internamente ou nos clientes são reconhecidas no resultado mensalmente conforme os serviços são prestados, iniciando-se na data em que os serviços são disponibilizados ao cliente e todos os outros critérios de reconhecimento de receita são atendidos.
- Receitas relacionadas a venda de energia elétrica são efetuadas com base no excedente de energia elétrica que é adquirida pela Companhia e não consumido. Este excedente é adquirido pela Takoda Comercializadora e vendido ao mercado considerando o custo de aquisição inicial descrito no contrato. O resultado da venda é reconhecido no resultado com base na ocorrência da transação.

2.14.2. Receita de dividendos e juros

A receita de dividendos de investimentos é reconhecida quando o direito do acionista de receber tais dividendos é estabelecido (desde que seja provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade).

A receita de juros de um ativo financeiro é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

As receitas financeiras representam juros e variações monetárias e cambiais decorrentes de aplicações financeiras e depósitos judiciais.

2.15. Capital social

Ações ordinárias e preferenciais são classificadas como patrimônio líquido. Os custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos de quaisquer efeitos tributários.

2.16. Outros resultados abrangentes

Outros resultados abrangentes compreendem itens de receita e despesa que não são reconhecidos no resultado corrente como requerido ou permitido pelos pronunciamentos e pelas interpretações e orientações emitidos pelo CPC e as IFRS. No caso da Companhia, esses itens poderão ser revertidos para ao resultado quando da liquidação das operações ou pela alienação das investidas no exterior.

2.17. Reserva legal

De acordo com o previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76, 5% do lucro líquido do exercício deverá ser utilizado para constituição de reserva legal, que não pode exceder 20% do capital social.

2.18. Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros tem como objetivo principal o financiamento de futuros projetos de investimento da Companhia.

2.19. Dividendos

A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio efetuada pela Administração da Companhia, que estiver contemplada na parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório, é registrada como passivo na rubrica “Dividendos a pagar”.

2.20. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja classificação de perda seja provável.

Para a classificação de perda possível, a Administração da Companhia faz a divulgação dos principais processos e provisiona valores estimados de custas processuais e honorários advocatícios, com base no histórico incorrido e bases contratuais, quando aplicável, negociadas com os seus assessores jurídicos, pois é provável os desembolsos futuros de recursos.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

2.21. Normas e interpretações novas e alteradas em vigor no exercício corrente

Os pronunciamentos contábeis abaixo listados foram publicados e/ou revisados e entraram em vigor para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025. A adoção dessas normas e Interpretações não teve impactos relevantes sobre as divulgações ou os valores divulgados nestas demonstrações financeiras.

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IAS 21/CPC 02 (R2): Os Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio intitulada Falta de Conversibilidade	<p>As alterações estabelecem critérios para avaliar a conversibilidade de uma moeda e determinar a taxa de câmbio quando esta não for conversível. Considera-se conversível a moeda obtida dentro de um prazo razoável por meio de mercado ou câmbio com direitos exequíveis; caso contrário, é tratada como não conversível.</p> <p>Nesses casos, a entidade deve estimar a taxa de câmbio à vista com base em valores de mercado, sem um método específico obrigatório. Além disso, exige-se a divulgação do impacto da não conversibilidade na posição financeira e nos fluxos de caixa. A IAS 21 recebeu um novo apêndice e exemplos ilustrativos, e a IFRS 1 foi ajustada para alinhamento com a norma revisada.</p>	01/01/2025

Norma	Descrição da alteração	Vigência
Orientação técnica OCPC 10 - Crédito de Carbono (tCO ₂ e), Permissões de Emissão ("Allowance") e Crédito de Descarbonização (CBIO)	<p>A orientação técnica OCPC 10 estabelece diretrizes contábeis para o tratamento de créditos de carbono (tCO₂e), permissões de emissão ("allowances") e créditos de descarbonização (CBIO) no mercado brasileiro. Seu objetivo é padronizar o reconhecimento, a mensuração e a divulgação dessas transações, garantindo maior transparência e comparabilidade das demonstrações financeiras.</p> <p>O OCPC 10 abrange tanto a originação e aquisição desses instrumentos para cumprimento de metas de descarbonização (aposentadoria) quanto a sua utilização para negociação no mercado. Além disso, define requisitos para a contabilização de passivos associados, sejam eles decorrentes de obrigações legais ou de compromissos não formalizados, conforme estabelecido no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.</p>	01/01/2025

2.22. Normas novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IFRS 18/CPC 3 (R2) - Apresentação e Divulgação das Demonstrações Financeiras	<p>O IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras foi emitido pelo IASB em abril de 2024, substituindo o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) no Brasil). Ele introduz novos requisitos para a demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. A norma exige que receitas e despesas sejam classificadas em cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, tributos sobre o lucro e operações descontinuadas, sendo que as três primeiras categorias são novas.</p> <p>Além disso, o IFRS 18 demanda a divulgação de medidas de desempenho baseadas nas funções identificadas das demonstrações financeiras principais e exige maior detalhamento nas notas explicativas. As mudanças incluem alterações no IAS 7 (CPC 03 R2), como a remoção da possibilidade de classificar certos fluxos de caixa como operacionais e a nova metodologia de alocação de fluxos relacionados a lucros ou prejuízos.</p>	01/01/2027
IFRS 9/CPC 48 e IFRS 7/CPC 40 (R1) - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	<p>Por meio da revisão pós-implementação do IFRS 9, o IASB identificou a necessidade de esclarecer requisitos relacionados à avaliação dos fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros, especialmente os critérios de “pagamentos exclusivamente de principal e juros” (SPPI). O objetivo principal é garantir uma aplicação mais consistente, especialmente para ativos financeiros vinculados a metas ESG (ambientais, sociais e de governança).</p> <p>Em maio de 2024, o IASB emitiu novos requisitos no IFRS 9 e IFRS 7, voltados para uniformizar as práticas contábeis de classificação e mensuração de instrumentos financeiros. Essas alterações visam reduzir assimetrias na aplicação das normas e aumentar a transparência para investidores e demais usuários das demonstrações financeiras.</p> <p>As mudanças incluem diretrizes mais claras para a mensuração e classificação desses ativos, alinhando as práticas contábeis às necessidades de relatórios financeiros modernos e ao mercado crescente de ativos sustentáveis.</p>	01/01/2026
Alterações ao IFRS 9/CPC 48 e IFRS 7/CPC 40 – Contratos de Energia	<p>Novas regras para contratos de compra de energia (PPAs) ligados a fatores ambientais, permitindo contabilidade de hedge e uso próprio.</p>	01/01/2026

Norma	Descrição da alteração	Vigência
Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFS- Volume 11	<ul style="list-style-type: none"> • IFRS 1 - Primeira adoção das Normas Internacionais de Relato Financeiro ; • IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações e orientações complementares sobre a implementação da IFRS 7 ; • IFRS 9 Instrumentos Financeiros ; • IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas ; e • IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa 	01/01/2026
IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	Emitida em 9 de maio de 2024, permite que subsidiárias elegíveis divulguem menor quantidade de informações do que o exigido pelas normas “IFRS Accounting Standards”, mas sem alterar o reconhecimento, mensuração e apresentação dos itens contábeis.	01/01/2027

A Companhia não espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas em exercícios futuros, mas podem exigir divulgações adicionais ou ajuste de apresentação ou divulgação, principalmente no que se refere as mudanças em decorrência do IFRS 18 em 2027.

3. JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS CRÍTICAS

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das práticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Classificação de instrumentos financeiros

Estimativas e premissas

A Companhia revisa as estimativas e premissas de forma contínua, entretanto os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Alterações nas estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

- Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

São registrados ativos relacionados aos impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias entre as bases contábeis de ativos e passivos e as bases fiscais. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos à medida que a Companhia espera gerar lucro tributável futuro suficiente com base em projeções e previsões elaboradas pela Administração. Essas projeções e previsões incluem diversas hipóteses relacionadas ao desempenho da Companhia e fatores que podem diferir dos resultados reais.

- Redução ao valor recuperável (“impairment”)

- (i) Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável, que pode ocorrer após o reconhecimento inicial desse ativo e que tenha um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados.

A Companhia avalia evidência de perda de valor para recebíveis, tanto no nível individualizado, como no nível coletivo, para todos os títulos significativos. Recebíveis e investimentos que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado estarão sujeitos às disposições sobre redução ao valor recuperável (“impairment”) contidas na IFRS 9/CPC 48.

- (ii) Ativos não financeiros

Os ativos não financeiros com vida útil indefinida são testados anualmente para a verificação se os valores contábeis não superam os respectivos valores de realização. Os demais ativos sujeitos à amortização são submetidos ao teste de “impairment” sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável.

O valor da perda corresponderá ao excesso do valor contábil comparado ao valor recuperável do ativo, representado pelo maior valor entre o seu valor justo, líquido dos custos de venda do bem, ou o seu valor em uso.

O ágio integrante do valor contábil de um investimento em uma controlada, por não ser reconhecido individualmente, é testado em conjunto com o valor total do investimento, como se fosse um ativo único.

O ativo imobilizado e o intangível são submetidos ao teste de “impairment” sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável.

- Cálculo da provisão para perdas de crédito esperadas com recebíveis

Ao mensurar a perda de crédito esperadas “PCE”, a Companhia usa informações sobre o futuro consideradas pela Administração como razoáveis e suportáveis, que se baseiam nas premissas para a movimentação futura de fatores econômicos diferentes e como esses fatores irão afetar uns aos outros.

A perda por inadimplência é estimada com base na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos e aqueles que o credor esperaria receber, levando em consideração os fluxos de caixa de garantias e as melhorias de crédito totais.

A probabilidade de inadimplência é um dado importante para a mensuração da PCE. Esta probabilidade é uma estimativa da inadimplência durante um período comparativo de um ano, sendo esse o ano anterior a provisão cujo cálculo inclui dados históricos, premissas e expectativas de condições futuras.

- Aquisições de controladas

A Companhia efetua análises nas datas das combinações de negócios dos ativos e passivos identificáveis, nos termos da IFRS 3/CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios e identifica os itens em que considera necessária a contratação de especialistas externos independentes, os quais são contratados para apoio na avaliação do valor justo desses referidos itens.

- Vida útil de ativos imobilizados e intangíveis

Avaliado ao custo histórico, deduzido das respectivas depreciações e amortizações. A depreciações e amortizações são calculadas pelo método linear, que leva em consideração a vida útil estimada dos bens, conforme descrito nas notas explicativas nº 11 e nº 12.

- Mensurações do valor justo

Alguns dos ativos e passivos da Companhia são mensurados pelo valor justo para fins de elaboração das demonstrações financeiras. A Administração determina as técnicas de avaliação e as informações adequadas às mensurações do valor justo. Para estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia usa dados observáveis do mercado na extensão em que estejam disponíveis.

4. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

As atividades da Companhia implicam em exposição a diversos riscos financeiros. O programa de gestão de risco global da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro.

A gestão de risco é realizada pela área de Tesouraria da Companhia, segundo as alçadas aprovadas pelo Conselho de Administração. A área de Tesouraria identifica, avalia e procura proteger a Companhia de eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais. O Conselho de Administração estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimentos de excedentes de caixa.

4.1. Risco de mercado

a) Risco de fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros

Análise de sensibilidade

Análise Sensibilidade - Empréstimos Taxa CDI	Controladora			
	31/12/2025			
	14,88%	11,16%	18,60%	
		Cenário	Cenário	
	Exposição	Depreciação	Apreciação	
	Real	Provável (i)	25%	25%
Dívida	(297.480)	(44.265)	(33.199)	(55.331)
Caixa e equivalentes de caixa	179.420	26.698	20.023	33.372
Dívida líquida	<u>(118.060)</u>	-	-	-
Impacto sobre o resultado e patrimônio líquido		(17.567)	(13.176)	(21.959)

(i) Taxa CDI Projetada pelo Banco Itaú BBA (<https://www.itaubba-pt/analises-economicas/projecoes>).

Análise Sensibilidade - Empréstimos Taxa CDI	Consolidado			
	31/12/2025			
	Exposição Real	Cenário Provável (i)	Depreciação 25%	Apreciação 25%
		14,88%	11,16%	18,60%
			Cenário	Cenário
			Depreciação	Apreciação
			25%	25%
Dívida	(297.480)	(44.265)	(33.199)	(55.331)
Caixa e equivalentes de caixa	184.468	27.449	20.587	34.311
Dívida líquida	<u>(113.012)</u>	-	-	-
Impacto sobre o resultado e patrimônio líquido		(16.816)	(12.612)	(21.020)

(i) Taxa CDI Projetada pelo Banco Itaú BBA (<https://www.itaubba-pt/analises-economicas/projecoes>).

- b) A Companhia não possui ativos significativos sobre os quais existem riscos de fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros, com exceção dos itens mencionadas acima.
- c) O risco da taxa de juros decorre de empréstimos de longo prazo. Os empréstimos captados às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos captados às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à redução nas taxas de juros de mercado.
- d) Risco de moeda estrangeira

Na análise de sensibilidade relacionada ao risco de exposição cambial a Administração da Companhia e suas controladas entende que é importante considerar, além dos ativos e passivos com exposição à flutuação das taxas de câmbio registrados no balanço patrimonial, o valor justo dos valores contratados pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2025 conforme demonstrado no quadro a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2025	
	Reais	Peso Colombiano - COP
Contas a receber registradas em moeda estrangeira	2.547	1.746.914
Contas a pagar registradas em moeda estrangeira	(3.045)	(2.088.477)
Exposição ativa líquida	<u>(498)</u>	<u>(341.563)</u>

Análise Sensibilidade - Paridade R\$ x COP	Consolidado				
	31/12/2025				
	0,00140700	0,00138000	0,001035	0,001725	
Taxa de Fechamento de Câmbio:	Exposição	Exposição	Cenário	Cenário	Cenário
	Real	Real	Provável (ii)	Depreciação	Apreciação
	Real	COPs		25%	25%
Contas a receber registradas no Brasil em moeda estrangeira	2.547	1.746.914	(136)	(739)	466
Contas a pagar registradas no Brasil em moeda estrangeira	(3.045)	(2.088.477)	163	883	(558)
Impacto sobre o resultado e patrimônio líquido			<u>27</u>	<u>144</u>	<u>(92)</u>

(ii) Taxa média do período de 2025.

Nesta análise considera-se somente os ativos e passivos financeiros registrados no Brasil em moeda estrangeira.

4.2. Gestão do risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios a outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (empréstimos e financiamentos detalhados na nota explicativa nº 14, deduzidos do caixa e equivalentes de caixa, demonstrados na nota explicativa nº 5, bem como pelo patrimônio líquido da Companhia (que inclui capital emitido, reservas e lucros acumulados).

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2025 estão assim sumariados:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Dívida (i)	(297.480)	(172.256)	(297.480)	(172.256)
Caixa e equivalentes de caixa	179.420	28.466	184.468	30.677
Aplicações financeiras restritas	-	60.000	-	60.000
Dívida líquida	(118.060)	(83.790)	(113.012)	(81.579)
Patrimônio líquido	65.695	67.256	65.695	67.256
Relação dívida líquida/capital	(1,797)	(1,246)	(1,720)	(1,213)

(i) A dívida é definida como empréstimos e financiamentos contratados com instituições financeiras.

4.3. Risco de crédito

Refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. A Companhia adotou a política de apenas negociar com contrapartes que tenham capacidade de crédito e obter garantias suficientes, quando apropriado, como meio de mitigar o risco de perda financeira por motivo de inadimplência.

O risco de crédito decorrente de caixa e equivalentes de caixa e contas a receber corresponde aos saldos contábeis líquidos apresentados nas notas explicativas nº 5 e nº 6, respectivamente. Para bancos e instituições financeiras, a Companhia tem como política a diversificação das suas aplicações financeiras em instituições de primeira linha, que apresentam ratings AAA, baseado na agência de rating Fitch Ratings.

Os dez principais clientes representam, aproximadamente, 76% da receita líquida no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (75% em 31 de dezembro de 2024).

A política de vendas da Companhia está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis e a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de vendas e os limites individuais de posição, são procedimentos adotados para minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber.

4.4. Risco de liquidez

A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é do Conselho de Administração, que elaborou um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para curto, médio e longo prazos. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo reservas adequadas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue necessário, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais e da combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

As tabelas a seguir mostram em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros derivativos e não derivativos da Companhia e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações, além de incluir os fluxos de caixa dos juros e do principal. À medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no fim do período. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações.

<u>Controladora</u>	<u>Menos de 1 ano</u>	<u>De 1 a 5 anos</u>	<u>Vencidos</u>	<u>Total</u>
Empréstimos e financiamentos	151.347	205.357	-	356.704
Passivo de arrendamento	6.529	165.129	-	171.658
Fornecedores	13.515	-	-	13.515
Total	171.391	370.486	-	541.877

<u>Consolidado</u>	<u>Menos de 1 ano</u>	<u>De 1 a 5 anos</u>	<u>Vencidos</u>	<u>Total</u>
Empréstimos e financiamentos	151.347	205.357	-	356.704
Passivo de arrendamento	8.503	166.487	-	174.990
Fornecedores	16.228	-	346	16.574
Total	176.078	371.844	346	548.268

4.5. Instrumentos financeiros

Reconhecimento e Mensuração de Ativos e Passivos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são registrados no balanço patrimonial da Companhia assim que se torna parte integrante dos termos contratuais dos instrumentos financeiros correspondentes.

O reconhecimento e a classificação dos instrumentos financeiros seguem as diretrizes do CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, que estipula a categorização dos ativos em três grupos principais:

- i) Mensurados a valor justo por meio do resultado.
- ii) Mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes.
- iii) Mensurados ao custo amortizado.

A classificação adotada é definida com base no modelo de negócio implementado pela Administração e nas características dos fluxos de caixa contratuais dos ativos.

Ativos Financeiros

As operações rotineiras envolvendo ativos financeiros são registradas e baixadas na data da negociação, correspondente ao momento em que a transferência do ativo está formalmente acordada, conforme normas e práticas de mercado.

Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros são mensurados subsequentemente ao custo amortizado ou ao valor justo, de acordo com sua classificação específica.

Critérios de Classificação

Ativos da categoria dívida são mensurados ao custo amortizado quando:

- Mantidos em modelo de negócios cujo objetivo é a manutenção para recebimento dos fluxos de caixa contratuais.
- Os termos contratuais geram, em datas predeterminadas, fluxos de caixa exclusivamente relacionados ao pagamento do principal e juros sobre o saldo devedor.
- Ativos da categoria dívida são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando:
 - _ Mantidos em modelo de negócios que combina a coleta dos fluxos de caixa contratuais com a venda dos ativos financeiros.
 - _ Os termos contratuais geram fluxos de caixa similares aos descritos anteriormente.
 - _ Todos os demais ativos financeiros são classificados e mensurados a valor justo por meio do resultado.

Reconhecimento Inicial e Mensuração

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo valor justo. Para aqueles não classificados ao valor justo por meio do resultado, os custos diretamente atribuíveis à aquisição são adicionados ao valor do ativo. Para os ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado, os custos de transação são reconhecidos imediatamente na demonstração do resultado. A mensuração subsequente é realizada com base no custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, ou ao valor justo, conforme a classificação.

Baixa dos Ativos Financeiros

Os ativos financeiros são baixados quando expiram os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa, ou quando ocorre a transferência significativa dos riscos e benefícios relacionados ao ativo para outra entidade.

Ativos financeiros classificados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes e aqueles ao valor justo por meio do resultado são reavaliados periodicamente pelo valor justo.

Os ganhos ou perdas decorrentes das variações no valor justo dos ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente na demonstração do resultado, sob a rubrica “Resultado Financeiro”, no período em que ocorrem.

Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros da Companhia e de suas controladas, mensurados ao custo amortizado são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras restritas, contas a receber, partes relacionadas, fornecedores, empréstimos, e outras contas a pagar.

Com base nessa análise, concluiu-se que os valores dos ativos e passivos financeiros estão registrados a custo amortizado, sendo que os saldos contábeis não diferem de forma relevante de seus respectivos valores justos, considerando as características dos instrumentos, prazos, taxas de mercado e risco de crédito envolvidos.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS RESTRITAS

5.1. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e bancos	4.409	55	5.901	1.782
Aplicações financeiras	175.011	28.411	178.567	28.895
Total	179.420	28.466	184.468	30.677
<u>Caixa e Bancos</u>				
Brasil	4.409	55	4.409	60
Colômbia	-	-	1.492	1.722
Total	4.409	55	5.901	1.782
<u>Aplicações financeiras</u>				
Brasil (*)	175.011	28.411	175.102	28.490
Colômbia (Ahorros) (**)	-	-	3.465	405
Total	175.011	28.411	178.567	28.895
Total Geral	179.420	28.466	184.468	30.677

(*) As aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósito Bancário - CDBs, remuneradas à taxa média de 100% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI em 31 de dezembro de 2025 (100% do CDI em 31 de dezembro de 2024). As aplicações possuem liquidez imediata, em razão de compromissos de recompra firmados com a instituição financeira, e estão sujeitas a risco insignificante de mudança no valor.

(**) As aplicações financeiras em Ahorros Santander Colômbia são remuneradas à taxa média de 6,25% a.a. em 31 de dezembro de 2025 (9,25% a.a. em 31 de dezembro de 2024). As aplicações possuem liquidez imediata.

5.2. Aplicações financeiras restritas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Aplicação Financeira (*)	-	60.000	-	60.000
Total	-	60.000	-	60.000

(*) As aplicações referem-se aos valores mantidos em garantia dos empréstimos mencionados na Nota Explicativa nº 14.

6. CONTAS A RECEBER

a) Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Contas a receber faturadas	17.356	6.469	19.903	7.507
Contas a receber a faturar	13.315	7.514	13.315	8.293
PCE	(1.042)	(334)	(1.042)	(334)
Total	29.629	13.649	32.176	15.466

O prazo médio consolidado de recebimentos é de 42 dias em 31 de dezembro de 2025 (36 dias em dezembro de 2024). Sobre as contas a receber vencidas incidem multa de 2% e juros de 1% ao mês, calculados a partir da data de vencimento.

b) Contas a receber de clientes por idade de vencimento

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
A Vencer	20.697	13.290	23.153	15.053
Vencidas:				-
Até 30 dias	8.906	87	8.935	141
De 31 a 60 dias	160	272	191	272
De 61 a 90 dias	323	-	354	-
De 91 a 180 dias	143	-	143	-
Acima de 180 dias	442	334	442	334
Total vencidos	9.974	693	10.065	747
PCE	(1.042)	(334)	(1.042)	(334)
Total	29.629	13.649	32.176	15.466

7. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Imposto de renda Retido na Fonte	6.308	5.187	7.705	6.826
PIS e COFINS - Crédito sobre despesas operacionais	925	1.002	2.872	2.935
Total	7.233	6.189	10.577	9.761

Os impostos a recuperar referem-se, substancialmente, a retenções sobre faturamento. Esses créditos não dependem de decisões judiciais ou administrativas para sua realização e, conforme expectativa da Administração, serão compensados com impostos federais devidos no curso normal das operações da Companhia.

8. OUTROS CREDITOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Adiantamento a Fornecedores	6.262	-	6.271	163
Retenção Santander (**)	1.625	-	1.625	-
Outros *	2.141	1.241	2.146	1.247
Total	10.028	1.241	10.042	1.410

(*) Referem-se à antecipação de férias e à retenção contratual de 1% de cliente.

(**) Valor retido pelo Banco Santander em 29 de dezembro de 2025 e devolvido ao caixa em 02 de janeiro de 2026, após verificação de adimplência pelo banco ao empréstimo CDB FRN.

Parcela do circulante	4.642	1.241	4.656	1.410
Parcela do não circulante	5.386	-	5.386	-

9. PARTES RELACIONADAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativo circulante				
Contas a receber:				
Tivit Serviços (i)	-	4.201	-	4.897
	-	4.201	-	4.897

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativo não circulante				
Contas a receber:				
Takoda Comercializadora de Energia (Controlada)	175	105	-	-
	175	105	-	-

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Passivo circulante				
Contas a pagar:				
Tivit Serviços	-	518	-	624
	-	518	-	624

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Passivo não circulante				
Contas a pagar:				
Tivit Colômbia Tecnologia S.A.S. (Controlada) (ii)	12.476	10.897	-	-
	12.476	10.897	-	-

Resultado do exercício	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Tivit Serviços (i)	23.106	43.360	23.106	43.360
Tivit Colômbia Tecnologia S.A.S. (Controlada) (ii)	(1.121)	(63)	-	-
Takoda Comercializadora de Energia (controlada) (iii)	-	-	-	(1.858)
	<u>21.985</u>	<u>43.297</u>	<u>23.106</u>	<u>41.502</u>

- (i) Refere-se aos saldos de contas a receber e a pagar, em reais, decorrentes do contrato de prestação de serviços de armazenamento de dados mantido com a antiga parte relacionada Tivit Serviços. Em 31 de julho de 2025, a Tivit Serviços foi alienada e, em decorrência dessa operação, deixou de integrar o grupo econômico dos mesmos acionistas da Companhia, não sendo mais considerada parte relacionada a partir dessa data. Os valores referentes a esse contrato passaram a ser considerados nas rubricas de clientes e fornecedores.
- (ii) Contrato de mútuo firmado entre a Companhia e sua controlada Tivit Colômbia Tecnologia S.A.S., remunerado à taxa de juros anual de 10,41% com vencimento em 30 de dezembro de 2029.
- (iii) Contrato de mútuo firmado entre a controlada Takoda Comercializadora e a antiga parte relacionada Tivit Serviços, remunerado à taxa de juros de CDI + 2% ao ano. O contrato foi integralmente liquidado em 30 de outubro de 2024.

10. INVESTIMENTOS

Informações e movimentações dos saldos:

a) Investimentos em controladas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Takoda Comercializadora de Energia Ltda. (i)	9.096	9.228	-	-
São Mizaél	7.264	7.174	7.264	7.174
Tivit Colômbia Tecnologia S.A.S.	36.883	34.518	-	-
Total	<u>53.243</u>	<u>50.920</u>	<u>7.264</u>	<u>7.174</u>

	São Mizaél		Tivit Colômbia Tecnologia S.A.S.		Takoda Comercializadora de Energia Ltda. (i)		Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	7.611	27.754	(14.075)				21.290
Adiantamento para futuro de capital (i)	-	-	27.711				27.711
Resultado de equivalência patrimonial	1.162	3.033	(4.408)				(213)
Dividendos recebidos	(1.599)	-	-				(1.599)
Ajuste de conversão de demonstrações financeiras de controladas no exterior	-	3.731	-				3.731
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>7.174</u>	<u>34.518</u>	<u>9.228</u>				<u>50.920</u>
Resultado de equivalência patrimonial	739	1.056	(132)				1.663
Dividendos recebidos	(649)	-	-				(649)
Ajuste de conversão de demonstrações financeiras de controladas no exterior	-	1.309	-				1.309
Saldo em 31 de dezembro de 2025	<u>7.264</u>	<u>36.883</u>	<u>9.096</u>				<u>53.243</u>

- (l) Em 30 de outubro de 2024, a Companhia transferiu o montante de R\$21.420 para a controlada Takoda Comercializadora de Energia Ltda., a título de futuro aumento de capital, além do saldo então existente entre as partes, no valor de R\$6.291.

11. IMOBILIZADO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Custo	425.223	350.623	447.418	369.827
Depreciação Acumulada	(110.853)	(95.090)	(115.069)	(97.760)
Total	<u>314.370</u>	<u>255.533</u>	<u>332.349</u>	<u>272.067</u>
<u>Composição do imobilizado</u>				
Benfeitorias	16.782	3.576	16.782	3.576
Edificações	43.285	41.440	46.609	44.724
Instalações	39.473	27.340	39.473	27.340
Computadores e periféricos	1.206	1.600	1.206	1.600
Máquinas e equipamentos	55.092	45.112	64.665	53.383
Móveis e utensílios	204	265	854	968
Terrenos	35.210	15.460	39.642	19.736
Direito de uso – edificações	123.118	120.740	123.118	120.740
Total	<u>314.370</u>	<u>255.533</u>	<u>332.349</u>	<u>272.067</u>

A movimentação dos saldos está assim representada:

	Controladora		
	31/12/2024	Adições	31/12/2025
<u>Custo</u>			
Benfeitorias	5.834	13.757	19.591
Edificações	70.997	3.061	74.058
Instalações	45.213	14.337	59.550
Computadores e periféricos	4.752	104	4.856
Máquinas e equipamentos	74.712	16.803	91.515
Móveis e utensílios	420	-	420
Terrenos	15.460	19.750	35.210
Direito de uso – edificações	133.234	6.789	140.023
Total	<u>350.622</u>	<u>74.601</u>	<u>425.223</u>
<u>Depreciação Acumulada</u>			
Benfeitorias	(2.258)	(551)	(2.809)
Edificações	(29.557)	(1.216)	(30.773)
Instalações	(17.873)	(2.204)	(20.077)
Computadores e periféricos	(3.152)	(498)	(3.650)
Máquinas e equipamentos	(29.600)	(6.823)	(36.423)
Móveis e utensílios	(155)	(61)	(216)
Direito de uso - edificações	(12.494)	(4.411)	(16.905)
Total	<u>(95.089)</u>	<u>(15.764)</u>	<u>(110.853)</u>
Total Líquido	<u>255.533</u>	<u>58.837</u>	<u>314.370</u>

	Consolidado			31/12/2025
	31/12/2024	Adições	Efeito de tradução	
<u>Custo</u>				
Benfeitorias	5.834	13.757	-	19.591
Edificações	74.452	3.061	125	77.638
Instalações	45.213	14.337	-	59.550
Computadores e periféricos	4.752	104	-	4.856
Máquinas e equipamentos	85.221	19.005	403	104.629
Móveis e utensílios	1.384	69	35	1.488
Terrenos	19.736	19.750	157	39.643
Direito de uso - edificações	133.235	6.789	-	140.024
Total	<u>369.827</u>	<u>76.872</u>	<u>720</u>	<u>447.419</u>
<u>Depreciação Acumulada</u>				
Benfeitorias	(2.258)	(551)	-	(2.809)
Edificações	(29.728)	(1.291)	(10)	(31.029)
Instalações	(17.873)	(2.204)	-	(20.077)
Computadores e periféricos	(3.152)	(498)	-	(3.650)
Máquinas e equipamentos	(31.838)	(7.981)	(147)	(39.966)
Móveis e utensílios	(416)	(199)	(19)	(634)
Direito de uso - edificações	(12.495)	(4.410)	-	(16.905)
Total	<u>(97.760)</u>	<u>(17.134)</u>	<u>(176)</u>	<u>(115.070)</u>
Total Líquido	<u>272.067</u>	<u>59.738</u>	<u>544</u>	<u>332.349</u>
Não há imobilizados dados em garantia.				

12. INTANGÍVEL

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Licença de uso de Software (i)	<u>18.687</u>	<u>9.450</u>	<u>22.958</u>	<u>14.784</u>
Total	<u>18.687</u>	<u>9.450</u>	<u>22.958</u>	<u>14.784</u>

A movimentação dos saldos está assim representada:

	Controladora		
	31/12/2023	Adições	31/12/2024
<u>Custo</u>			
Licença de uso de Software	<u>16.430</u>	<u>316</u>	<u>16.746</u>
Total	<u>16.430</u>	<u>316</u>	<u>16.746</u>
<u>Amortização acumulada</u>			
Licença de uso de Software	<u>(3.651)</u>	<u>(3.645)</u>	<u>(7.296)</u>
Total	<u>(3.651)</u>	<u>(3.645)</u>	<u>(7.296)</u>
Total líquido	<u>12.779</u>	<u>(3.329)</u>	<u>9.450</u>

	Controladora		
	31/12/2024	Adições	31/12/2025
<u>Custo</u>			
Licença de uso de Software	16.746	13.217	29.963
Total	16.746	13.217	29.963
<u>Amortização acumulada</u>			
Licença de uso de Software	(7.296)	(3.980)	(11.276)
Total	(7.296)	(3.980)	(11.276)
Total líquido	9.450	9.237	18.687

	Consolidado			
	31/12/2023	Adições	Efeito de tradução	31/12/2024
<u>Custo</u>				
Licença de uso de Software	24.114	508	986	25.608
Total	24.114	508	986	25.608
<u>Amortização acumulada</u>				
Licença de uso de Software	(5.398)	(5.122)	(304)	(10.824)
Total	(5.398)	(5.122)	(304)	(10.824)
Total Líquido	18.716	(4.614)	682	14.784

	31/12/2024	Adições	Efeito de tradução	31/12/2025
	<u>Custo</u>			
Licença de uso de Software	25.608	14.541	428	40.577
Total	25.608	14.541	428	40.577
<u>Amortização acumulada</u>				
Licença de uso de Software	(10.824)	(6.384)	(411)	(17.619)
Total	(10.824)	(6.384)	(411)	(17.619)
Total Líquido	14.784	8.157	17	22.958

(i) Valor referente ao direito de uso de contratos de licenças de software.

13. FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2025, o prazo médio consolidado de pagamentos é de 88 dias (63 dias em 31 de dezembro de 2024). Usualmente, não há cobrança de juros sobre contas a pagar em atraso. A Companhia adota políticas de gerenciamento de riscos financeiros destinados a assegurar que todas as obrigações sejam liquidadas dentro dos prazos originalmente acordados.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Equipamentos de informática e telecomunicações	5.359	5.913	5.359	6.103
Serviços profissionais	5.025	1.367	8.075	2.275
Ocupação	1.728	1.171	1.728	1.171
Telefonia	330	406	330	406
Benefícios	708	95	708	95
Outros	365	366	374	366
Total	13.515	9.318	16.574	10.416

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Mensurado ao custo amortizado:		
CCB - Banco Santander (i)	48.214	60.163
CCB - Banco Santander (ii)	70.275	112.093
Debêntures - Banco Bradesco (iii)	178.991	-
Total ao custo amortizado	297.480	172.256
Parcela do circulante	119.252	63.942
Parcela do não circulante	178.228	108.314

A movimentação dos saldos está apresentada a seguir:

	Controladora e Consolidado					
	31/12/2024	Adições	Juros Incorridos	Amortização de Principal	Pagamento de juros	31/12/2025
CCB - Banco Santander (i)	112.093	-	12.856	(60.444)	(16.291)	48.214
CCB - Banco Santander (ii)	60.163	-	10.112	-	-	70.275
Debêntures - Banco Bradesco (iii)	-	180.000	1.687	-	-	181.687
Custo de captação	-	(2.696)	-	-	-	(2.696)
Total de empréstimos	172.256	177.304	24.655	(60.444)	(16.291)	297.480

	Controladora e Consolidado					
	31/12/2023	Adições	Juros Incorridos	Amortização de Principal	Pagamento de juros	31/12/2024
CCB - Banco Santander	64	-	9	-	(73)	-
CCB - Banco Santander	72	-	24	-	(96)	-
CCB - Banco Santander (i)	108.919	-	14.344	-	(11.170)	112.093
CCB - Banco Santander (ii)	-	60.000	163	-	-	60.163
Total de empréstimos	109.055	60.000	14.540	-	(11.339)	172.256

- (i) Manutenção do empréstimo contratado em dezembro de 2023, com pagamento de juros trimestrais, sem período de carência, e amortização do principal em 9 parcelas, sendo 5 parcelas com vencimento em 2025 (janeiro, março, junho, setembro e dezembro) e 4 parcelas com vencimento em 2026 (março, junho, setembro e dezembro). A taxa de juros aplicável é de CDI + 2,67% ao ano.

- (ii) Com o objetivo de reforçar a posição de caixa, a Companhia contratou, em 23 de dezembro de 2024, empréstimo no montante de R\$60.000 junto ao Banco Santander, por meio de instrumento CCB FRN, com vencimento “bullet” de principal e juros em 5 de janeiro de 2026, à taxa CDI + 2,20% ao ano. Como garantia, foi constituída aplicação financeira no mesmo montante, junto ao Banco Santander (CCB remunerada a 100% do CDI), com vencimento da garantia em 27 de dezembro de 2025, atrelada às amortizações da CCB 4131 que estavam programadas para 2025 e que ocorreram normalmente em janeiro, março, junho, setembro e dezembro.
- (iii) Com o objetivo de ajustar o índice de liquidez e obter “funding” para investimentos em novos data centers e modernização da infraestrutura existente, a Companhia contratou, em 9 de dezembro de 2025, empréstimo no valor de R\$180.000 junto ao Banco Bradesco, por meio de emissão de debêntures. Os juros serão pagos trimestralmente a partir de março de 2026, a amortização do principal ocorrerá trimestralmente, em 8 parcelas, a partir de março de 2027. A taxa de juros pactuada é de CDI + 1,80% ao ano.

Os vencimentos das parcelas registradas no passivo não circulante estão demonstrados a seguir:

Previsão de pagamento do valor principal	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
2026	-	108.314	-	108.314
2027	90.000	-	90.000	-
2028	90.000	-	90.000	-
Total	180.000	108.314	180.000	108.314

Cláusulas contratuais restritivas (“covenants”)

“Covenants” financeiros

Controladora e consolidado:

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia mantinha contratos de empréstimos que preveem cláusulas restritivas (“covenants”). Dentre essas cláusulas, destaca-se a exigência de manutenção de índice financeiro calculado pela relação entre a Dívida Líquida e LAJIDA (EBITDA) - Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização, ajustado, conforme definido contratualmente e descrito a seguir:

- A Dívida Líquida correspondente ao total dos empréstimos e financiamentos circulantes e não circulantes, deduzido dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado.
- O LAJIDA ajustado corresponde ao lucro líquido consolidado acrescido, sem duplicidade: (i) das despesas financeiras líquidas; (ii) do imposto de renda e da contribuição social, correntes e diferidos; (iii) da depreciação e amortização; e (iv) de outras despesas não recorrentes definidas no contrato.
- O limite do índice financeiro estabelecido para os empréstimos descritos é a manutenção da relação entre Dívida Líquida / EBITDA igual ou inferior a 2,75 (dois inteiros e setenta e cinco centésimos) vezes até a data de vencimento das operações.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia encontrava-se adimplente com todas as cláusulas restritivas, tendo apurado índice financeiro de 0,98, em conformidade com o limite contratual exigido.

15. PASSIVO DE ARRENDAMENTO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Passivo de arrendamento	149.645	136.209	152.550	138.167
Total	149.645	136.209	152.550	138.167
Parcela do circulante	5.692	5.259	7.413	6.349
Parcela do não circulante	143.953	130.950	145.137	131.818

A movimentação dos saldos está apresentada a seguir:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	37.798	39.811
Novos contratos	105.340	105.340
Juros incorridos	6.586	6.959
Pagamento de juros	(15)	(286)
Pagamento de principal	(13.499)	(13.657)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>136.209</u>	<u>138.167</u>
Remensuração (i)	18.815	20.139
Juros incorridos	10.829	11.100
Pagamento de juros	(72)	(225)
Pagamento de principal	(16.136)	(16.631)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	<u>149.645</u>	<u>152.550</u>

- (i) Refere-se ao valor da extensão do contrato de aluguel do edifício onde estão localizados os data centers da Companhia, com vigência de julho 2024 a junho de 2054 e os contratos de licenciamento de softwares, vigentes de outubro de 2025 a maio de 2030.

As operações de arrendamento da Companhia não possuem exigências de manutenção de índices financeiros (“covenants”), uma vez que o próprio ativo arrendado é utilizado como garantia das operações.

Abaixo demonstramos a projeção anual de liquidação:

<u>Ano</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2026	5.692	7.413
2027 a 2054	143.953	145.137
TOTAL	<u>149.645</u>	<u>152.550</u>

16. IMPOSTOS A RECOLHER

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Tributos sobre as receitas -				
PIS, COFINS E ISS	3.733	2.817	3.788	2.855
Tributos retidos de terceiros	540	308	540	309
Imposto de renda e contribuição social	4.587	3.083	5.412	4.203
Outros	585	568	880	1.053
Total	<u>9.445</u>	<u>6.776</u>	<u>10.620</u>	<u>8.420</u>

17. SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Salários e honorários	183	259	348	404
Bônus	2.638	1.346	2.693	1.346
Encargos sociais	1.446	963	1.446	963
Provisão para férias e encargos sociais	2.960	2.716	3.060	2.762
Outros	540	471	540	470
Total	<u>7.767</u>	<u>5.756</u>	<u>8.087</u>	<u>5.946</u>

17.1. Remuneração do pessoal chave da Administração

	Controladora e consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Benefícios de curto prazo	2.358	2.131
Outros	38	57
Total	2.396	2.188

A Companhia possui um plano de ações mencionado na Nota 29 - Plano de ações.

18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos que podem, portanto, sofrer alterações.

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social	-	-	7.415	7.361
Provisão para fornecedores	259	399	259	399
Provisão para bônus	897	500	897	500
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	354	114	354	114
Provisão para dissídios e encargos sociais	26	27	26	28
Provisão para SAT	3	3	3	3
Provisão para riscos e processos judiciais	92	57	92	57
Direito de uso	(47.803)	(44.251)	(47.803)	(44.251)
Passivo arrendamento	50.879	46.311	50.879	46.311
Outros	-	-	-	110
Total líquido ativo	4.707	3.160	12.122	10.631

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos - movimentação líquida

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Diferenças temporárias (i)	5.173	5.241	5.175	5.241
Total	5.173	5.241	5.175	5.241

(i) Refere-se, principalmente, às diferenças geradas entre as taxas de depreciação contábil e fiscal.

Os valores de imposto de renda e contribuição social apresentam a seguinte composição:

	Controladora	
	Ativo	Passivo
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.653	(5.493)
Adições	2.874	(39)
Baixas	(1.367)	291
Saldo em 31 de dezembro de 2024	3.160	(5.241)
Adições	5.240	-
Baixas	(3.693)	68
Saldo em 31 de dezembro de 2025	4.707	(5.173)
Classificados no ativo	-	-
Classificados no passivo	-	(466)
	Consolidado	
	Ativo	Passivo
Saldo em 31 de dezembro de 2023	9.014	(5.498)
Adições	2.984	(34)
Baixas	(1.367)	291
Saldo em 31 de dezembro de 2024	10.631	(5.241)
Adição	5.295	-
Baixas	(3.804)	66
Saldo em 31 de dezembro de 2025	12.122	(5.175)
Classificados no ativo	7.415	-
Classificados no passivo	-	(468)

c) Despesa de imposto de renda e contribuição social

Reconciliação entre a taxa nominal e efetiva do imposto de renda e contribuição social:

	Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	61.540	66.937
Alíquota vigente do imposto de renda e da contribuição social	34%	34%
Expectativa de imposto de renda e de contribuição social de acordo com as alíquotas vigentes	(20.924)	(22.759)
<u>Diferenças permanentes</u>		
Equivalência patrimonial	566	(73)
Brindes e doações	(17)	(22)
Benefício de Juros sobre capital próprio	1.775	850
Benefício de incentivo da Lei Roaunet e Lei de Incentivo ao Esporte	675	550
Outras diferenças permanentes	(1.169)	1.241
Despesa com imposto de renda e contribuição social debitada ao resultado do exercício	(19.094)	(20.213)
Correntes	(20.709)	(21.972)
Diferidos	1.615	1.759
Alíquota efetiva	31,03%	30,20%

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	62.486	67.920
Alíquota vigente do imposto de renda e da contribuição social	34%	34%
Expectativa de imposto de renda e de contribuição social de acordo com as alíquotas vigentes	(21.245)	(23.093)
<u>Diferenças permanentes</u>		
Equivalência patrimonial	566	(73)
Brindes e doações	(17)	(22)
Benefício de Juros sobre capital próprio	1.775	850
Benefício de incentivo da Lei Roaunet e Lei de Incentivo ao Esporte	675	550
Ajuste de tradução	313	(722)
Outras diferenças permanentes	(2.102)	1.314
Despesa com imposto de renda e contribuição social debitada ao resultado do exercício	(20.035)	(21.196)
Correntes	(21.591)	(23.059)
Diferidos	1.556	1.863
Alíquota efetiva	32,06%	31,21%

19. PROVISÃO PARA RISCOS E PROCESSOS JUDICIAIS

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Trabalhistas e Previdenciárias	272	168	272	168
Total	272	168	272	168

Processos com risco possível de perda

Existem processos trabalhistas avaliados pela Companhia e por seus assessores legais como de risco de perda possível, totalizando R\$676 em 2025 (R\$850 em 2024), para os quais não foram constituídas provisões, em conformidade com o disposto nas normas contábeis.

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social subscrito e integralizado é de R\$68.223 e está dividido em 91.191.212 ações ordinárias e 235.427 preferenciais, assim distribuídas:

Acionista	Tipo	Número de ações	%
APX	Ordinárias	86.422.871	94,52701%
Luiz Roberto Novaes Mattar	Ordinárias	4.492.015	4,91325%
Outros Minoritários	Ordinárias	146.550	0,16029%
Outros Minoritários	Preferenciais	218.405	0,23889%
Tesouraria	Ordinárias	129.776	0,14195%
Tesouraria	Preferenciais	17.022	0,01862%
Total		91.426.639	100,0000%

b) Reserva legal, reserva de retenção de lucros, dividendos

Aos acionistas é assegurado dividendo mínimo de 25% sobre os lucros auferidos, conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações, após a constituição da reserva legal de 5% do lucro líquido do exercício, até que essa reserva atinja 20% do capital social.

A reserva legal constituída em 2025 foi de R\$2.122 equivalente a 5% do resultado do exercício.

Foi aprovada a distribuição de dividendos extraordinários, conforme deliberado na Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 16 de dezembro de 2025, referentes a exercícios corrente e anteriores, no montante de R\$34.137, mediante utilização da reserva de lucros. Os dividendos serão pagos aos acionistas em dezembro de 2028.

c) Ações em tesouraria

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia detinha 146.798 ações em tesouraria, sendo 17.022 ações preferenciais e 129.776 ações ordinárias, correspondentes a aproximadamente 0,16% do capital social total, no valor de R\$1.168 (R\$0 em dezembro de 2024).

d) Aumento de capital

i) Aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, no valor de R\$70, decorrente de exercício de opções de compra outorgadas nos termos do Plano de Opções. Esse aumento ocorreu por meio de emissão de 82.247 (oitenta e duas mil, duzentas e quarenta e sete) ações preferenciais nominativas, ao preço total de emissão de R\$0,86 (oitenta e seis centavos) cada, subscritas e integralizadas.

ii) Aumento do capital social da Companhia no valor de R\$63.773, conforme deliberado na Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 16 de dezembro de 2025, mediante capitalização de reservas de lucros, sem emissão de novas ações, sejam ordinárias ou preferenciais. Em decorrência dessa deliberação, houve apenas a reclassificação de contas dentro do patrimônio líquido, sem alteração no valor total do patrimônio líquido da Companhia.

e) Transações entre Sócios

As transações entre sócios decorrem de operações realizadas entre entidades sob controle comum e, portanto, não representam uma transação conduzida com terceiros independentes. De acordo com o entendimento técnico e as práticas contábeis brasileiras, tais operações não alteram a substância econômica do grupo, sendo classificadas como reorganizações societárias internas.

21. RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS

	Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024
<u>Receita de serviços prestados</u>		
Mercado interno	221.584	208.163
Impostos sobre vendas e serviços (*)	(26.488)	(25.181)
Receita líquida de serviços	<u>195.096</u>	<u>182.982</u>
	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
<u>Receita de serviços prestados</u>		
Mercado interno	242.792	228.891
Impostos sobre vendas e serviços (*)	(27.217)	(25.675)
Receita líquida de serviços	<u>215.575</u>	<u>203.216</u>

(*) Refere-se a PIS, COFINS, ISS e CPRB incidentes sobre os serviços prestados.

22. CUSTOS E DESPESAS (RECEITAS) OPERACIONAIS POR NATUREZA

	Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024
Despesas com pessoal	(35.734)	(31.855)
Despesas com água, impostos municipais e outros	(33.283)	(31.567)
Depreciações e amortizações	(19.744)	(17.568)
Manutenção de equipamentos de informática e de telecomunicações	(13.211)	(13.612)
Serviço de terceiros (i)	(2.440)	(3.113)
Telefonia, conectividade e “link”	(3.011)	(2.964)
Aluguel e condomínio	(420)	(740)
Viagens	(993)	(776)
Manutenção e conservação de imóveis	(563)	(465)
Impostos e taxas	(65)	(124)
Crédito de PIS e COFINS (ii)	8.042	8.079
Equivalência patrimonial	1.663	(213)
Perdas de créditos estimados (PCE)	(708)	21
Outras	(4.081)	(2.674)
Total	(104.548)	(97.571)

Classificado como:

Custo dos serviços prestados	(92.467)	(86.151)
Despesas com vendas	(3.184)	(2.793)
Despesas gerais e administrativas	(10.560)	(8.414)
Resultado de equivalência patrimonial	1.663	(213)
Total	(104.548)	(97.571)

- (i) Valor referente a despesas com pessoal nas áreas de vendas, tesouraria e demais setores, incorridas em transações com a parte relacionada Tivit Serviços.
- (ii) Abatimento de crédito referente a custos, despesas, bens ou insumos utilizados para a manutenção dos serviços.

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Despesas com pessoal	(38.284)	(34.257)
Despesas com água, impostos municipais e outros	(43.448)	(41.475)
Depreciações e amortizações	(23.518)	(20.198)
Manutenção de equipamentos de informática e de telecomunicações	(14.932)	(13.631)
Serviço de terceiros	(3.996)	(4.109)
Telefonia, conectividade e “link”	(3.023)	(3.001)
Aluguel e condomínio	(420)	(740)
Viagens	(993)	(776)
Manutenção e conservação de imóveis	(563)	(465)
Impostos e taxas	(215)	(291)
Crédito de PIS e COFINS	8.768	8.810
Equivalência patrimonial	739	1.162
Perdas de créditos estimados	(708)	21
Outras	(4.215)	(5.780)
Total	(124.808)	(114.730)

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<u>Classificados como</u>		
Custo dos serviços prestados	(109.326)	(103.405)
Despesas com vendas	(4.149)	(3.361)
Despesas gerais e administrativas	(12.072)	(9.126)
Resultado de equivalência patrimonial	739	1.162
Total	<u>(124.808)</u>	<u>(114.730)</u>

23. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>Controladora</u>	
	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<u>Receitas financeiras</u>		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	8.480	2.704
Variação Cambial	1.007	-
Outras receitas financeiras	-	501
Juros ativos	78	177
Total	<u>9.565</u>	<u>3.382</u>
<u>Despesas financeiras</u>		
Juros de empréstimos	(25.682)	(14.541)
Juros de arrendamento	(10.783)	(6.586)
Variação cambial	(1.469)	(430)
Juros passivos	-	(66)
Despesas bancárias	(118)	(39)
IOF	(66)	(3)
Outras despesas financeiras	(455)	(191)
Total	<u>(38.573)</u>	<u>(21.856)</u>
Resultado financeiro	<u>(29.008)</u>	<u>(18.474)</u>

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<u>Receitas financeiras</u>		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	8.488	2.724
Juros ativos	1.413	618
Outras receitas financeiras	-	501
Variação cambial	1.007	-
Total	<u>10.908</u>	<u>3.843</u>
<u>Despesas financeiras</u>		
Juros de empréstimos	(25.682)	(14.541)
Juros de arrendamento	(10.783)	(6.959)
Juros passivos	-	(2.150)
Variação cambial	(1.477)	(427)
Despesas Bancárias	(726)	(41)
IOF	(66)	(4)
Outras despesas financeiras	(455)	(287)
Total	<u>(39.189)</u>	<u>(24.409)</u>
Resultado financeiro	<u>(28.281)</u>	<u>(20.566)</u>

24. RESULTADO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO

A seguir, estão demonstrados o lucro líquido e a soma das ações ordinárias e preferenciais emitidas (em milhares) em circulação com os montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído:

	Ano	
	31/12/2025	31/12/2024
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	42.446	46.724
Média ponderada das ações ordinárias emitidas (em milhares)	91.427	91.333
Lucro básico por ação - R\$	0,46	0,51
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	42.446	46.724
Média ponderada das ações ordinárias em circulação (em milhares)	91.280	91.333
Potencial incremento nas ações ordinárias em virtude do plano de opções	3.938	3.938
Total (em milhares)	95.218	95.271
Lucro diluído por ação - R\$	0,45	0,49

25. OBRIGAÇÕES E COMPROMISSOS FUTUROS

Energia elétrica: refere-se ao contrato de fornecimento de energia elétrica para suprimento de insumos necessários ao desenvolvimento das atividades da Companhia. O contrato teve início em 7 de janeiro de 2020 e possui vencimento em 31 de dezembro de 2033. Em 31 de dezembro de 2025, o compromisso futuro esperado pela Companhia relacionado a esse contrato está demonstrado conforme abaixo. A Administração não espera alterações relevantes nesses custos nos próximos exercícios.

- i) 2026: compromisso esperado de R\$24.335.
- ii) 2027 a 2033: compromisso esperado de R\$164.667.

Fianças bancárias

Em 31 de dezembro de 2025, com base nos contratos vigentes, as fianças bancárias contratadas apresentam a seguinte composição:

Modalidade	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Garantias destinadas a aluguéis	-	7	-	7
Total	-	7	-	7

26. ITENS QUE NÃO AFETAM O CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Licença de uso de Software	12.026	274	13.350	274
Fornecedores	-	1.397	-	1.397
Provisão de dividendos	44.218	11.447	44.218	11.447
Remensuração de arrendamento	6.789	105.066	6.789	105.066
Partes relacionadas	-	867	-	867

27. SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar seguros para os bens sujeitos a riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Com base nos contratos vigentes, os limites máximos de indenização contratados (consolidado) apresentam a seguinte composição:

Descrição	Ramo da Apólice	Limite máximo de indenização consolidado	Limite máximo de indenização consolidado
		31/12/2025	31/12/2024
Ativo imobilizado	Riscos Operacionais - Danos Materiais e Lucros Cessantes	938.998	346.847
Responsabilidade Civil Geral	Reclamações para reparos de danos involuntários, materiais e/ou corporais, causados a terceiros	10.000	10.000
Responsabilidade Profissional	Reclamações apresentadas por perdas financeiras resultantes dos serviços prestados aos clientes	10.000	10.000
Pessoas	Seguro de responsabilidade civil dos administradores	100.000	100.000
Cyber	Cyber Security	5.000	10.000
Pessoas	Vida em grupo e acidentes pessoais	2.229	2.941
Total		<u>1.066.227</u>	<u>479.788</u>

28. PLANO DE EMISSÃO DE AÇÕES RESTRITAS (“RSU’S”)

Controladora*Plano de Emissão de Ações Restritas Preferenciais (“RSU’S”)*

Em julho de 2023, os acionistas da Companhia aprovaram o plano de emissão de ações restritas preferenciais (“RSU’s”) para os diretores estatutários e principais colaboradores da Companhia, cujo objetivo é retenção e orientado para talentos alinhados com o futuro da Tivit Infraestrutura (“Takoda”).

O “vesting period” é de três anos, e prevê três períodos de compra/emissão de ações preferenciais, que se emitidos integralmente totalizarão 277.982 ações preferenciais, com uma diluição máxima de 0,30% em decorrência da emissão das ações. Até 31 de dezembro de 2025, a Companhia emitiu 218.405 ações, relativas ao “vesting period” de 3 anos.

As despesas relacionadas aos programas foram reconhecidas no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, no montante de R\$70 (R\$52 em 2024), e estão registradas na rubrica “Despesas gerais e administrativas”.

29. PLANO DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES (“SOP”)

Em Reunião de Conselho de Administração realizado em 3 de Março de 2023, os acionistas da Companhia aprovaram a assunção pela Companhia do Plano de Opção de Compras de Ações da Tivit Terceirização de Processos, Serviços e Tecnologia S.A., aprovado na assembleia geral extraordinária, realizada em 26 de dezembro de 2016, arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob nº 5.080/17-4 (“SOP”), envolvendo a outorga de 3.938.434 opções de compra de ações ordinárias, juntamente a assunção dos contratos de outorga de opção de compra de ações assinados com os participantes.

O pagamento aos participantes do plano será realizado exclusivamente por meio da entrega de ações. A mensuração do valor justo das ações concedidas foi efetuada com base no modelo “Black-Scholes”, amplamente reconhecido e utilizado para precificação de opções de compra, em conformidade com os critérios estabelecidos pelo pronunciamento técnico CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações.

A divisão do preço de exercício de compra das ações ordinárias de forma que o preço por ação da Companhia foi fixado em R\$4,53 (quatro reais e cinquenta e três centavos) por ação.

As condições de aquisição de direito das opções estão atreladas a anos de serviço, atingimento de preços-alvo da ação e evento de liquidez.

As opções poderão ser exercidas somente na ocorrência de um Evento de Liquidez, conforme definição contratual. O prazo final para exercício das opções é 10 de abril de 2027.

Para fins deste instrumento, considera-se “Evento de Liquidez” qualquer das seguintes situações: (i) a realização de oferta pública de ações de emissão da Companhia que resulte na listagem e negociação das ações, ou parte delas, em bolsa de valores; ou (ii) a cessão, venda, permuta ou qualquer outra forma de alienação (incluindo operações societárias, tais como incorporação, incorporação de ações, cisão ou fusão envolvendo a Companhia), direta ou indireta, de ações de emissão da Companhia a qualquer terceiro que não seja afiliado dos atuais acionistas, desde que tal operação implique na transferência de mais de 50% (cinquenta por cento) do capital social da Companhia. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia encerrou com 3.938.434 opções outorgadas, 100 % em “vesting” e não houve evento de liquidez.

As opções de ações em circulação durante o período estão detalhadas a seguir:

	2025		2024	
	Quantidade de opções	Preço de exercício médio ponderado (R\$)	Quantidade de opções	Preço de exercício médio ponderado (R\$)
Saldo no início do exercício	3.938.434	4,53	3.938.434	4,53
Concedidas durante o exercício	-	-	-	-
Prescritas por condições não atendidas durante o exercício	-	-	-	-
Exercidas durante o exercício	-	-	-	-
Vencidas durante o exercício	-	-	-	-
Saldo no fim do exercício	<u>3.938.434</u>	<u>4,53</u>	<u>3.938.434</u>	<u>4,53</u>

30. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As presentes demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram aprovadas e autorizadas para divulgação pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 27 de março de 2026.